**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, LUIZ FUX**

**GLEISI HELENA HOFFMANN**, brasileira, casada, Deputada Federal (PT/PR), RG nº 3996866-5 SSP/PR, CPF sob nº 676.770.619-15, endereço funcional na Esplanada dos Ministérios, Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Gabinete 232 - Anexo 4, por intermédio de advogados constituídos pelo mandato correspondente, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 5º, inciso LXXIII da Constituição da República, a presente

***AÇÃO POPULAR com pedido de liminar***

em detrimento do excelentíssimo senhor Presidente da República, **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, inscrito no CPF sob o n. 453.178.287-91, e no RG 3032827/SSP/DF, podendo ser citado em Praça dos Três Poderes - Brasília, DF, 70150-900, Palácio do Planalto, Gabinete do Presidente, excelentíssimo senhor Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, **AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA**,inscrito no CPF sob o n. 178.246.307-06, podendo ser citado em Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo II sala 202, Brasília – DF, CEP: 70150-900, endereço de e-mail genheleno@presidencia.gov.br; e da **UNIÃO**, pessoa jurídica de direito público, a ser citada pela Advocacia-Geral da União, no endereço Ed. Sede I - Setor de Autarquias Sul - Quadra 3 - Lote 5/6, Ed. Multi Brasil Corporate - Brasília-DF - CEP 70.070-030 neste ato representado pela **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, podendo ser citada em Setor de Autarquias Sul - Quadra 3 - Lote 5/6, Ed. Multi Brasil Corporate - Brasília-DF - CEP 70.070-030 , em razão do ato de decretação de sigilo imposto à carteira de vacinação da autoridade coatora, conforme amplamente divulgado nos meios de comunicação, o que se faz no termos e argumentos que se seguem.

**I – DO CABIMENTO DA PRESENTE AÇÃO POPULAR. DA LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA.**

1. Conforme disposto no art. 5º, inciso LXXIII da Constituição da República, “*qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência”.*
2. O presente caso, por seu turno, possuí o condão de discutir a violação à moralidade administrativa por parte das autoridades acima mencionadas na ocasião de decretação de sigilo sobre os dados atinentes ao “cartão de vacinação” do sr. Jair Messias Bolsonaro, hoje Presidente da Republica, o que será melhor discutido abaixo.
3. De toda sorte, demonstra-se o cabimento do presente instrumento processual.
4. Ademais, observa-se de pronto a legitimidade ativa *ad causam* da Requerente, tendo em vista se tratar de cidadã, conforme comprovado por seu título de eleitor, além de figurar como Parlamentar Federal.
5. Já no que tange à legitimidade passiva *ad causam*, destaca-se que o art. 6º da Lei n. 4.717/65 traz serem sujeitos passivos da presente demanda “*as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo”.*
6. Sendo assim, tendo em vista que o benefício da decretação de sigilo recaí exclusivamente sobre a pessoa de Jair Bolsonaro, ao passo que a competência legal para a se “garantir a segurança de informações sigilosas” recai sobre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (art. 37 da Lei de Acesso à Informação[[1]](#footnote-2)), observa-se que ambas as autoridades acima mencionadas figuram como legítimas para atuar no posso passivo da presente demanda.
7. Por fim, estando ambas vinculadas ao Poder Executivo Federal, compreende-se também ser a União a pessoa jurídica de direito público legítima para atuar nos presentes autos na qualidade de requerida, uma vez recair sobre ela a obrigatoriedade de resguardo do sigilo decretado.
8. Assim, compreende-se cabível o uso o instrumento da Ação Popular, movida por cidadã dotada de legitimidade processual, bem como legítimos para atuar no polo passivo da demanda os senhores Presidente da República, Jair Bolsonaro, e o Ministro do Gabinete de Segurança Instituição, Augusto Heleno, em conjunto com a União.

**II – DA REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À CONTINUIDADE DA AÇÃO.**

1. Antes de se adentrar aos fatos e ao mérito da presente ação, cumpre ressaltar a necessidade de aplicação da previsão legal contida no art. 1º, §4º da Lei n. 4.717/65, que autoriza o cidadão a requerer a exibição de documento que constitua prova do alegado na ação.
2. Dessa forma, considerando que o conhecimento por parte da Requerente acerca da decretação de sigilo à carteira de vacinação do senhor Jair Bolsonaro ocorreu a partir da narrativa exposta por determinado cidadão que, no exercício de seu ofício de jornalista, teve o pedido de acesso a tal documento negado a partir do fundamento do sigilo especial pelo prazo de 100 (cem) anos, faz-se necessário a demonstração em juízo da existência de tal decisão administrativa.
3. Por essa razão, para que haja o escorreito prosseguimento do feito, necessário que esse d. Juízo ordene aos Requeridos a apresentação da ato administrativo que tenha resguardado do conhecimento público o mencionado documento, bem como a íntegra do atendimento prestado ao sr. Guilherme Amado, colunista da Revista Época, sobre o assunto supramecionado.

**III – DOS FATOS.**

1. Como é de conhecimento comum, o Brasil e o mundo enfrentam, desde o início de 2020, uma pandemia do novo coronavírus, causador da COVID-19, responsável por cerca de 90 milhões de infecções e quase 2 milhões de mortes em todo o planeta. No nosso país, são mais de 8 milhões de casos confirmados e, recentemente, ultrapassamos a triste marca de 200 mil vidas perdidas.
2. Tal evento produziu graves e profundas alterações no cotidiano de todo habitante do planeta Terra, de sorte que inúmeras medidas preventivas à contaminação foram implementadas, o que forçaram a um indesejado distanciamento social com profundos impactos econômicos, bem como a alteração de todo o protocolo social – como o número de pessoas em elevadores e o uso constante de máscaras faciais. Ao mesmo tempo, também fomos obrigados a conviver diariamente com o número cada vez maior de mortes, que vitimaram centenas de milhares de famílias, que perderem seus entes queridos para um inimigo de difícil combate.
3. Toda essa circunstância, por outro lado, deu causa a maior busca por uma vacina eficaz já vista no mundo moderno, havendo centenas de pesquisas e estudos concomitantes em busca do medicamento capaz de retornar a vida como a conhecíamos antes.
4. Não obstante, ao tempo em que milhões esperam ansiosamente pela oportunidade de imunizarem contra essa moléstia mortal, também existem aqueles que, por motivações infundadas, põem em dúvida não só a eficácia de tais medicamentos e seus efeitos colaterais, mas incluem perigos absolutamente inexistentes, como mudanças na carga genética dos seres vivos.
5. Essas desinformações, por sua vez, alcançam não apenas a vacina contra o novo coronavírus, como se estendem para aos demais medicamentos, dedicados à imunização em face de inúmeras outras doenças. Apesar de parecer absurdo, tal discurso ganha cada vez mais espaço na sociedade, de tal sorte que, a título exemplificativo, apenas no ano de 2019 houve uma queda de 13,6% no número de vacinas aplicadas no Brasil[[2]](#footnote-3).
6. Isto é, apenas de não haver nenhuma base científica para as suspeitas levantadas, além de ser recorrentemente refutado por especialistas e órgãos oficiais do próprio Governo Brasileiro, a campanha danosa contra vacinas se espalha pela nação e, ao fim, alcançou a própria Presidência da República.
7. Isso porque, o senhor Presidente da República, em declarações dadas a seus apoiadores e à imprensa, insiste em desencorajar a vacinação da população brasileira contra o novo coronavírus, insistindo em sua desobrigatoriedade, e chegando a afirmar que a pessoa não poderia reclamar depois que se tornasse um “jacaré”, ou mesmo se iniciasse a crescer barba em mulheres e homens passassem a falar fino[[3]](#footnote-4).
8. Na contramão destas declarações, institutos de diversos países, como Inglaterra e Estados Unidos, além da própria União Europeia, já aprovaram diversas imunizantes após submetê-los a criteriosos testes de segurança. De igual forma, entidades brasileiras de excelência inquestionável, como o Instituo Fiocruz e o Instituo Butantã também vem desenvolvendo estudos e atestando a seguranças de alguns imunizantes.
9. Ou seja, não existe razões – ao menos no campo dos argumentos científicos – que deem causa a uma postura contrária a vacinação, tendo em vista a intensa e ininterrupta testagem de seguranças providas pelos laboratórios desenvolvedores, bem como pelas autoridades científicas que os supervisionam.
10. Há que ressaltar que a estratégia de vacinação, em que pese tenha como evento final a imunização individual de cada cidadão, tem funções e objetivos sociais e coletivos, de tal sorte que apenas uma campanha que atinja grande parte da população surtirá os efeitos desejados.
11. Não por outra razão que o Supremo Tribunal Federal, nos autos das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 6586 e 6587, decidiu pela constitucionalidade da imposição da vacinação contra a COVID-19 à população. E, nos autos do Recurso Extraordinário n. 1.267.879, decidiu a impossibilidade de as convicções filosóficas de cada cidadão não pode superar os interesses coletivos da sociedade, sobretudo os diretos das crianças e dos adolescentes, de modo a ser constitucional a exigência da comprovação de vacinação para o atendimento em determinados serviços públicos.
12. Todo esse contexto fático, por seu turno, deu causa ao pedido formulado pelo jornalista Guilherme Amado, colunista da revista nacionalmente reconhecida Época, com base na Lei de Acesso à informação, de disponibilidade da carteira de vacinação do Presidente da República, Jair Bolsonaro.
13. Justamente pela controvérsia social instaurada, em que o senhor Presidente da República fez questão de expor suas opiniões, é indubitável o interesse público na informação acerca do histórico de Jair Bolsonaro quanto à sua saúde e imunização, dado não se estar a tratar de um cidadão qualquer, mas do Chefe de Estado e de Governo da nação brasileira.
14. Não obstante, como amplamente divulgado pelos meios de comunicação, sobretudo pelo próprio jornalista Guilherme Amado, tal pedido foi negado pelo Palácio do Planalto, ao tempo que se informou que tal documento estaria acobertado pelo sigilo previsto no art. 31, §1º, inciso I da Lei de Acesso a Informação, o que faria alcançar o prazo de 100 (cem) anos.
15. Contudo, conforme será exposto a seguir, crê-se absolutamente irregular a aplicação do mencionado dispositivo ao documento aqui mencionado, uma vez que as informações referentes ao Presidente da República se encontram um limiar entre aquilo que se configura pessoal e de interesse público, de sorte que o contexto social vivenciado pelo Brasil torna as informações referentes às vacinas de Jair Bolsonaro são dotadas de interesse público e devem ser devidamente divulgadas.

**IV – DO DIREITO À INFORMAÇÃO. DA CONDIÇÃO EXCEPCIONAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. DA VIOLAÇÃO À MORALIDADE ADMINISTRATIVA.**

1. A Constituição da República, em seu art. 5º, inciso IX, garante o direito à Liberdade de Expressão, de modo a prever que “*é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”*. Mais adiante, já no art. 220, a Constituição traz que “a *manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.”.*
2. Sendo assim, o que se percebe é a proteção constitucional não apenas a liberdade de expressão e pensamento, como a liberdade de informação, que congrega a liberdade de informar e ser informado, o que significou a construção da Liberdade da Imprensa.
3. Isso ocorre porque, dentre outras questões, a história do Brasil e do mundo ensinou que apenas com a existência de uma imprensa livre e independente é capaz de atribuir à sociedade condições de se empoderar e atuar em defesa de seus direitos e interesses, sendo elemento fundamental à própria democracia.
4. Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, no bojo do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 130, que declarou inconstitucional a Lei de Imprensa, destacou a importância da imprensa e sua correlação direta entre a sua liberdade e a própria democracia:

 2. REGIME CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA COMO REFORÇO DAS LIBERDADES DE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO, DE INFORMAÇÃO E DE EXPRESSÃO EM SENTIDO GENÉRICO, DE MODO A ABARCAR OS DIREITOS À PRODUÇÃO INTELECTUAL, ARTÍSTICA, CIENTÍFICA E COMUNICACIONAL. A Constituição reservou à imprensa todo um bloco normativo, com o apropriado nome "Da Comunicação Social" (capítulo V do título VIII). A imprensa como plexo ou conjunto de "atividades" ganha a dimensão de instituição-ideia, de modo a poder influenciar cada pessoa de per se e até mesmo formar o que se convencionou chamar de opinião pública. Pelo que ela, Constituição, destinou à imprensa o direito de controlar e revelar as coisas respeitantes à vida do Estado e da própria sociedade. A imprensa como alternativa à explicação ou versão estatal de tudo que possa repercutir no seio da sociedade e como garantido espaço de irrupção do pensamento crítico em qualquer situação ou contingência. Entendendo-se por pensamento crítico o que, plenamente comprometido com a verdade ou essência das coisas, se dota de potencial emancipatório de mentes e espíritos. O corpo normativo da Constituição brasileira sinonimiza liberdade de informação jornalística e liberdade de imprensa, rechaçante de qualquer censura prévia a um direito que é signo e penhor da mais encarecida dignidade da pessoa humana, assim como do mais evoluído estado de civilização. [...]

6. RELAÇÃO DE MÚTUA CAUSALIDADE ENTRE LIBERDADE DE IMPRENSA E DEMOCRACIA. A plena liberdade de imprensa é um patrimônio imaterial que corresponde ao mais eloquente atestado de evolução político-cultural de todo um povo. Pelo seu reconhecido condão de vitalizar por muitos modos a Constituição, tirando-a mais vezes do papel, a Imprensa passa a manter com a democracia a mais entranhada relação de mútua dependência ou retroalimentação. Assim visualizada como verdadeira irmã siamesa da democracia, a imprensa passa a desfrutar de uma liberdade de atuação ainda maior que a liberdade de pensamento, de informação e de expressão dos indivíduos em si mesmos considerados. [...]

(ADPF 130, Relator(a): CARLOS BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 30/04/2009)

1. Seguindo a mesma lógica, mais recentemente, no âmbito do julgamento da Reclamação n. 22.328 - RJ, a relação de dependência entre a liberdade de expressão e democracia foi destacada pela Corte.

 DIREITO CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO . LIBERDADE DE EXPRESSÃO. DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINOU A RETIRADA DE MATÉRIA JORNALÍSTICA DE SÍTIO ELETRÔNICO. AFRONTA AO JULGADO NA ADPF 130. PROCEDÊNCIA . 1. O Supremo Tribunal Federal tem sido mais flexível na admissão de reclamação em matéria de liberdade de expressão, em razão da persistente vulneração desse direito na cultura brasileira, inclusive por via judicial. 2. No julgamento da ADPF 130, o STF proibiu enfaticamente a censura de publicações jornalísticas, bem como tornou excepcional qualquer tipo de intervenção estatal na divulgação de notícias e de opiniões. **3. A liberdade de expressão desfruta de uma posição preferencial no Estado democrático brasileiro, por ser uma pré-condição para o exercício esclarecido dos demais direitos e liberdades**. [...]

(ADPF 130, Relator(a): MIN. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 06/03/2018)

1. Com efeito, o reconhecimento no âmbito nacional da importância do pleno exercício jornalístico para funcionamento da democracia - sendo a liberdade de expressão um dos seus pilares - está alinhado ao entendimento consolidado em uma série de padrões e dispositivos internacionais.
2. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em seu *Marco Jurídico Interamericano del Derecho de La Libertad de Expresión*, entende que a necessidade de assegurar o Direito à Liberdade de Expressão está intimamente relacionada com as suas funções dentro do sistema democrático[[4]](#footnote-5).
3. Isto porque, além de ser um direito individual que reflete a capacidade crítica, configura-se como meio de participação aberta a assuntos de interesse público (como os protestos e suas reinvindicações), sendo, portanto, instrumento essencial para a garantia de outros direitos fundamentais existentes em uma sociedade propriedade democrática.
4. A liberdade de expressão é vista, assim, como um elemento indispensável para a construção e manutenção de um Estado Democrático de Direito pleno, não apenas no que diz respeito à possibilidade de expressão em si, mas ao direito de captação e transmissão de informações.
5. Dessa forma, é seguro afirmar que a Constituição da República e toda a construção jurídica moderna encaminham no sentido de a liberdade de comunicação ser um pilar da democracia, sendo necessário resguardá-la em favor de todos os cidadãos e cidadãs. Assim, informações referentes ao estado de saúde do Presidente da República é de inteiro interesse público, o que possui reflexos diretos na divulgação da carteira de vacinação de Jair Bolsonaro.
6. Por outro lado, não se ignora que a pretensão aqui discutida representa evidente embate constitucional entre o direito à comunicação, acima mencionado, e o direito à intimidade. Isto é, não se olvida que a Constituição da República. Em seu art. 5º, inciso X, garante que “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”,* de modo a ser necessário ponderar a prevalência de ambos os princípios constitucionais.
7. Sobre essa questão, importante pontuar que o Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.815, quando se discutiu a constitucionalidade da exigência de prévia autorização para publicação de biografias, compreendeu que, quando colocados em contradição os direitos de personalidade e à liberdade de expressão, necessário a concessão da primazia a essa última, em decisão assim ementada:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 20 E 21 DA LEI N. 10.406/2002 (CÓDIGO CIVIL). MÉRITO: APARENTE CONFLITO ENTRE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE INFORMAÇÃO, ARTÍSTICA E CULTURAL, INDEPENDENTE DE CENSURA OU AUTORIZAÇÃO PRÉVIA (ART. 5º INCS. IV, IX, XIV; 220, §§ 1º E 2º) E INVIOLABILIDADE DA INTIMIDADE, VIDA PRIVADA, HONRA E IMAGEM DAS PESSOAS (ART. 5º, INC. X). ADOÇÃO DE CRITÉRIO DA PONDERAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO DE PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL. PROIBIÇÃO DE CENSURA (ESTATAL OU PARTICULAR). GARANTIA CONSTITUCIONAL DE INDENIZAÇÃO E DE DIREITO DE RESPOSTA. AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE (…).

3. A Constituição do Brasil proíbe qualquer censura. O exercício do direito à liberdade de expressão não pode ser cerceada pelo Estado ou por particular.

4. O direito de informação, constitucionalmente garantido, contém a liberdade de informar, de se informar e de ser informado. O primeiro refere-se à formação da opinião pública, considerado cada qual dos cidadãos que pode receber livremente dados sobre assuntos de interesse da coletividade e sobre as pessoas cujas ações, público-estatais ou público-sociais, interferem em sua esfera do acervo do direito de saber, de aprender sobre temas relacionados a suas legítimas cogitações.

**5. Biografia é história. A vida não se desenvolve apenas a partir da soleira da porta de casa.**

6. Autorização prévia para biografia constitui censura prévia particular. O recolhimento de obras é censura judicial, a substituir a administrativa. O risco é próprio do viver. Erros corrigem-se segundo o direito, não se coartando liberdades conquistadas. A reparação de danos e o direito de resposta devem ser exercidos nos termos da lei.

7. A liberdade é constitucionalmente garantida, não se podendo anular por outra norma constitucional (inc. IV do art. 60), menos ainda por norma de hierarquia inferior (lei civil), ainda que sob o argumento de se estar a resguardar e proteger outro direito constitucionalmente assegurado, qual seja, o da inviolabilidade do direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem.

8. Para a coexistência das normas constitucionais dos incs. IV, IX e X do art. 5º, há de se acolher o balanceamento de direitos, conjugando-se o direito às liberdades com a inviolabilidade da intimidade, da privacidade, da honra e da imagem da pessoa biografada e daqueles que pretendem elaborar as biografias.

(...)

(ADI 4815, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 10/06/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-018 DIVULG 29-01-2016 PUBLIC 01-02-2016)

1. Em brilhante voto, o e. Ministro Luís Roberto Barroso dedicou capítulo específico de seu voto apenas para acentuar as causas pelas quais compreendia que a liberdade de expressão deveria ser tratada como preferencial, vejamos:

IV. POR QUE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DEVE SER TRATADA COMO UMA LIBERDADE PREFERENCIAL

1. Afirmar que a liberdade de expressão deve ser tratada como uma liberdade preferencial não significa uma hierarquização dos direitos fundamentais. Mas significa que a sua superação transfere o ônus argumentativo para o outro lado. Por qual razão a liberdade de expressão deve desfrutar dessa posição de preferência prima facie?

1. 1ª razão: o passado condena. A história da liberdade de expressão no Brasil é uma história acidentada. A censura vem de longe: ao divulgar a Carta de Pero Vaz de Caminha, certidão de nascimento do país, o Padre Manuel Aires do Casal cortou vários trechos que considerou “indecorosos”. (Fonte: Eduardo Bueno, Brasil: uma história, 2003, p. 33).

Para citar apenas os exemplos da última ditadura:

a) na imprensa escrita:

a) os jornais eram submetidos a censura prévia e, diante dos cortes dos censores, viam-se na contingência de deixar espaços em branco ou de publicar poesias e receitas de bolo;

b) apreendiam-se jornais e revistas por motivos políticos (Opinião, Pasquim) ou de moralidade (Ele&Ela);

c) boicotava-se a publicidade dos jornais independentes, para asfixiá-los economicamente (situação que rotineiramente se repete na América Latina);

b) no cinema, filmes eram proibidos, exibidos com cortes ou projetados com tarjas que perseguiam seios e órgãos genitais, transformando drama em comédia (A Laranja Mecânica);

c) nas artes, o Balé Bolshoi foi impedido de encenar no Brasil, por constituir propaganda comunista;

d) na música:

a) as letras das canções tinham de ser previamente submetidas a um Departamento de Censura;

b) havia artistas malditos, que não podiam gravar nem aparecer na TV; e

c) outros que só conseguiam aprovar suas músicas no Departamento de Censura mediante pseudônimo. Vivia-se um país nas entrelinhas, nas sutilezas (a música “Apesar de você”, do Chico Buarque, foi liberada até que alguém se deu conta de que talvez houvesse algum protesto embutido ali);

e) na televisão, programas foram retirados do ar, suspensos ou simplesmente tiveram sua exibição vetada, em alguns casos com muitos capítulos gravados, como ocorreu com a novela Roque Santeiro. ⇒ O ápice do obscurantismo foi a proibição de divulgação de um surto de meningite, para não comprometer a imagem do Brasil Grande. ⇒ Nessa matéria, “só quem não soube a sombra não reconhece a luz”, para utilizar um verso de Taiguara, outro censurado.

2ª razão: a liberdade de expressão é pressuposto para o exercício dos outros direitos fundamentais. Os direitos políticos, a possibilidade de participar no debate público, reunir-se, associar-se e o próprio desenvolvimento da personalidade humana dependem da livre circulação de fatos, informações e opiniões. Sem liberdade de expressão e de informação não há cidadania plena, não há autonomia privada nem autonomia pública.

3ª razão: a liberdade de expressão é indispensável para o conhecimento da história, para o progresso social e para o aprendizado das novas gerações.

1. Sendo assim, é evidente que a construção do direito constitucional brasileiro, quando houver o conflito entre os direitos à liberdade de expressão – aí abarcada a liberdade de comunicação – com os direitos de personalidade, necessária prevalência do interesse público.
2. Inclusive, destaca-se que, diferentemente dos exemplos expostos pelo Ministro Roberto Barroso em seu voto, a vida e a saúde do Presidente da República são ainda mais relevantes para o conhecimento social do que a história de determinadas personalidades. Isto é, por ser o legítimo representante do Estado Brasileiro, bem como o Chefe do Poder Executivo Federal, a proteção, a saúde e o bem-estar do Presidente da República são de interesse da nação brasileira, tanto que a sua segurança é custeada pelos cofres públicos e exercida por funcionários do Estado.
3. Se não bastasse, o Código de Conduta da Alta Administração Federal prevê, em suas regras deontológicas, parágrafo VI, que “*a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional*.”
4. Sendo assim, tal como consta na própria ementa do julgamento do Supremo Tribunal Federal na ADI 4815, “***a vida não se desenvolve apenas a partir da soleira da casa***”, de sorte que as informações pessoais do Presidente da República em assuntos de interesse público – o que obviamente se inclui a sua carteira de vacinação período em que esse assunto se encontra no centro do debate político – possui notória relevância social e não podem ser acobertados irregularmente pela decretação de sigilo.
5. Isto é, por força do art. 5º, inciso XXXIII, “*todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular,* ***ou de interesse coletivo ou geral****, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado*”, sendo a decretação de sigilo à carteira de vacinação do Presidente da República, em período de pandemia onde há franco debate sobre a necessidade de vacinação, um ato absolutamente inconstitucional.
6. Em verdade, o uso da previsão do art. 31, §1º, inciso I da Lei de Acesso à Informação para evitar o acesso e a divulgação dessas informações representa verdadeiro atentato à moralidade administrativa, uma vez que desvia a finalidade da norma para impor a documento de interesse público um sigilo resguardado às informações que devem ser protegidas pelo direito de personalidade.
7. Isso porque, a imposição irregular do mencionado sigilo culmina na violação do próprio princípio da publicidade e da moralidade, previstos no art. 37, *caput* da Constituição da República, o que não merece prosperar.
8. Assim, por todo o exposto, a Requerente pugna, respeitosamente, que esse d. Juízo suspenda o sigilo imposto à carteira de vacinação do senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, de modo a fazer imperar o direito fundamental à comunicação e à liberdade de expressão, afastando o ato atentatório a moralidade administrativa praticada pelos aqui Requeridos.

**V – DO PEDIDO DE LIMINAR**

1. Para a concessão da medida liminar, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, necessária a comprovação da probabilidade do direito e do perigo da demora, ambos presentes nessa demanda.
2. No que tange à probabilidade do direito, é certo que a liberdade de expressão, que abarca o direito e a liberdade de comunicação, devem ter prevalência aos direitos de personalidade, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sobretudo quando se trata de acesso à informações de interesse público inquestionável, uma vez que, nos termos do próprio Código de Conduta que rege o Presidente da República, a vida privada impacta diretamente na sua atuação pública.
3. Assim, presente o *fumus boni iuris*.
4. Já no que diz respeito ao perigo da demora, necessário pontuar que a presente causa trata de violações a direitos e garantias fundamentais, de tal como que a própria Constituição da República, em seu art. 5º, §1º, estabelece que “*as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata*”. Se não bastasse, é certo que a relevância social sobre o histórico do Presidente da República sobre sua saúde, em específico sua carteira de vacinação, é imediata e urgente, uma vez que o assunto sobre a vacinação da população contra a COVID-19 é matéria de interesse público imediato.
5. Dessa forma, estando presentes ambos os critérios necessários à concessão da tutela de urgência, pugna-se que esse d. Juízo, liminarmente e *inaudita altera pars*, suspenda o sigilo decretado pelos Requeridos à carteira de vacinação do senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, de modo a se tornar documento de acesso a qualquer cidadão em razão de seu interesse social, advertidos desde já que poderão ser responsabilizados pelo mau uso dessas informações.

**VI – DOS PEDIDOS**

1. Por todo o exposto, a Requerente, respeitosamente, calcada no direito à liberdade de expressão e de comunicação, pugna a esse d. Juízo que:

a) Liminarmente, suspenda o sigilo decretado pelos Requeridos à carteira de vacinação do senhor Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, de modo a se tornar documento de acesso a qualquer cidadão em razão de seu interesse social, advertidos desde já que poderão ser responsabilizados pelo mau uso dessas informações;

b) Intime os requeridos para que, nos termos do art. 1º, §4º da Lei 4.717/65, apresentem no prazo estabelecido a decisão administrativa que classificou a carteira de vacinação do senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro documento sigiloso pelo prazo de 100 (cem) anos;

c) Ato contínuo, que haja a citação dos Requeridos para, querendo, manifestar-se sobre o mérito da demanda;

d) Por fim, e no mérito, que se confirme o pedido liminar formulado, de modo a anular a decretação de sigilo sobre o documento de interesse social consubstanciado na carteira de vacinação do senhor Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, tornando-o documento de livre acesso, ao menos enquanto o este se mantiver no referido cargo público, advertido a quem interessar que o mau uso de tais informações poderá acarretar em consequências cíveis e penais.

1. Por fim, protesta por provar o alegado por todos os fins previstos em lei, além de requerer que toda e qualquer intimação referente a presente demanda seja realizada nos nomes de Eugênio José Guilherme de Aragão, OAB/DF 4.935, e Angelo Longo Ferraro, OAB/DF 37.922.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 10 de janeiro de 2020.

|  |  |
| --- | --- |
| Eugênio Jose Guilherme de Aragão  OAB/DF 4.935 | Angelo Longo Ferraro  OAB/DF 37.922 |
| Marcelo Winch Schmidt  OAB/DF 53.599 | Rachel Luzardo de Aragão  OAB/DF 56.668 |
| Miguel Filipi Pimentel Novaes  OAB/DF 57.469 |  |

1. Art. 37. É instituído, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC), que tem por objetivos: [(Regulamento)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7845.htm)

   I - promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas; e

   II - garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.

   Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a composição, organização e funcionamento do NSC. [↑](#footnote-ref-2)
2. https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/08/05/estudo-aponta-queda-de-vacinacao-de-bebes-e-criancas-nos-ultimos-dois-anos [↑](#footnote-ref-3)
3. https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce/ [↑](#footnote-ref-4)
4. CIDH. Informe Anual 2008. Informe de la Relatoría Especial para la Libertad de Expresión. Capítulo III (Marco Jurídico Interamericano del Derecho a la Libertad de Expresión). OEA/Ser.L/V/II.134 Doc. 5 rev. 1. 25 de febrero de 2009. Párrs. 224-226. [↑](#footnote-ref-5)